



UNIVERSIDADE FEDERAL OESTE DO PARÁ
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, MEIO
AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

EDSON RIDER DOS SANTOS SOUZA

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE SISTEMAS DE USO DA
TERRA NA COMUNIDADE SÃO PEDRO, PROJETO
AGROEXTRATIVISTA (PAE) EIXO FORTE, SANTARÉM, PARÁ

SANTARÉM - PARÁ
2013

EDSON RIDER DOS SANTOS SOUZA

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE SISTEMAS DE USO DA
TERRA NA COMUNIDADE SÃO PEDRO, PROJETO
AGROEXTRATIVISTA (PAE) EIXO FORTE, SANTARÉM, PARÁ**

Monografia apresentada ao Centro de Formação Interdisciplinar, da Universidade Federal do Oeste do Pará como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.

Orientador: D.Sc. Thiago Almeida Vieira

**Santarém - Pará
2013**

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE SISTEMAS DE USO DA TERRA NA
COMUNIDADE SÃO PEDRO, PROJETO AGROEXTRATIVISTA (PAE) EIXO
FORTE, SANTARÉM, PARÁ**

Monografia apresentada ao Centro de
Formação Interdisciplinar, da Universidade
Federal do Oeste do Pará como requisito
parcial à obtenção do título de Especialista
em Sociedade, Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.

MONOGRAFIA APROVADA EM 19 de fevereiro de 2013

Prof. D.Sc. Thiago Almeida Vieira – UFOPA
(Orientador)

Prof^a. D.Sc. Maria Regina Caetano Costa – UFOPA/IBEF

Prof. M.Sc. Sandro Augusto Viegas Leão – UFOPA/ICS

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me proporcionar saúde durante a realização desse curso.

A todos os professores, que souberam transmitir de forma clara seus conhecimentos.

Aos meus pais, pelo grande apoio e incentivo.

Aos colegas do curso, pela amizade e companheirismo.

Aos meus colegas da EMATER-Pará, pelas informações prestadas.

À minha esposa Brenda e meus filhos Rider Junior e Maria Clara, que são a razão deste grande esforço e que compreenderam a importância da conclusão desse curso na minha vida profissional.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.

Todos nós sabemos alguma coisa.

Todos nós ignoramos alguma coisa.

Por isso aprendemos sempre”

(Paulo Freire)

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE SISTEMAS DE USO DA TERRA NA COMUNIDADE SÃO PEDRO, PROJETO AGROEXTRATIVISTA (PAE) EIXO FORTE, SANTARÉM, PARÁ

Resumo

Este trabalho tem por objetivo avaliar os aspectos socioeconômicos de sistemas de uso da terra na comunidade São Pedro, pertencente ao Projeto Agroextrativista Eixo Forte, Santarém, Pará. Para alcançar os objetivos do trabalho realizou-se a aplicação de entrevista estruturada, junto a 15 famílias de agricultores desta comunidade. Esta entrevista abordou aspectos econômicos, ambientais, socioeconômicos e produtivos. A pesquisa foi do tipo descritiva, em estudo de caso, com amostra não probabilística intencional. Para a análise dos dados recorreu-se à estatística descritiva, sendo os resultados apresentados em tabelas e gráficos. Observou-se que os agricultores familiares apresentaram escolaridade baixa, sendo jovens no que diz respeito a idade, com renda de diferentes atividades agrícola e não agrícolas. A mandioca foi a espécie temporária mais cultivada nos sistemas produtivos, e caju, manga e açaí, dentre as permanentes. A criação de galinhas caipiras apresentou grande importância no autoconsumo das famílias, além de contribuir na geração de renda nos orçamentos familiares.

Palavras-chave: sistemas produtivos; agricultura familiar; assentamentos rurais; Amazônia.

SOCIOECONOMIC AND PRODUCTIVE ASPECTS OF LAND USE SYSTEMS IN SÃO PEDRO COMMUNITY, EIXO FORTE AGROEXTRACTIVE PROJECT, SANTARÉM, PARÁ

ABSTRACT

This study aims to assess socioeconomic and productive aspects of production systems developed by smallholders of São Pedro Community, Eixo Forte Agroextractive Project, Santarém, Pará. It was applied structured interview with to 22 smallholders families. This interview covered economic, environmental, socioeconomic and productive aspects. The research was descriptive, in case study, with non-probabilistic sampling. For data analysis we used descriptive statistics and the results are presented in tables and graphs. It was observed that the farmers had low education, being young with regard to age, income from different agricultural and non-agricultural activities. Cassava was the most cultivated temporary species in production systems, and cashew, mango and acai, among permanent. The creation of chickens had great importance in household consumption, and contributes in generating income on household budgets.

Key words: productive systems; Family agriculture; rural settlement; Amazon.

LISTAS DE FIGURAS

	pag.
Figura 1- Mapa de localização da comunidade São Pedro, Santarém, Pará.	19
Figura 2- Distribuição por escolaridade dos moradores da comunidade de São Pedro, Santarém, Pará.	21
Figura 3- Distribuição de frequência por faixa etária dos moradores da comunidade São Pedro, Santarém, Pará.	23
Figura 4- Fonte de obtenção de renda nas propriedades de agricultores familiares da comunidade São Pedro, Santarém, Pará.	24
Figura 5 - Criação de animais por agricultores familiares da comunidade São Pedro, Santarém, Pará.	29

LISTAS DE TABELAS

	Pág.
Tabela 1- Culturas temporárias cultivadas na comunidade São Pedro, Santarém, Pará.	26
Tabela 2- Culturas permanentes cultivadas na comunidade São Pedro, Santarém, Pará.	27

SUMÁRIO

	Pág.
1. INTRODUÇÃO GERAL	11
2. AGRICULTURA FAMILIAR	13
3. SISTEMAS PRODUTIVOS	14
4. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	16
5. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA	19
6. METODOLOGIA	20
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
7.1. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	21
7.1.1. ESCOLARIDADE	21
7.1.2. IDADE	22
7.1.3. RENDA	23
7.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS	25
7.2.1. PRINCIPAIS CULTURAS	25
7.2.1.1. Culturas Temporárias	25
7.2.1.2. Culturas Permanentes	27
7.2.2. CRIAÇÃO DE ANIMAIS	29
8. CONCLUSÃO	31
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
10. ANEXO	36

1. INTRODUÇÃO GERAL

No município de Santarém, depois de ter sua economia sustentada pelo extrativismo do látex e de minérios como o ouro, a agricultura familiar tem apresentado bons resultados agrícolas e econômicos, tornando-se uma excelente fonte de alimentos para as áreas rurais e principalmente para as urbanas.

Este cenário promissor pode dever-se ao fato de, em geral, os agricultores de base familiar apresentar baixa dependência de insumo externo, além de utilizarem largamente o trabalho manual e familiar nas fases de plantio, tratos culturais e colheita, agregando assim, a família à produção de suas terras.

A agricultura familiar pode ainda ser responsável por gerar emprego e renda nas unidades produtivas ao longo da produção de diferentes culturas ou criações. Para isso é importante que os sistemas produtivos estejam em consonância com técnicas de cultivos ou criações que proporcionem melhores rendimentos produtivos e conseqüentemente, econômicos.

Na Amazônia, muitos sistemas de produção são desconhecidos da academia ou dos extensionistas rurais, principalmente quanto à composição, densidade, riqueza de espécies, técnicas de manejo empregadas, entre outras. Isto é fruto da grande diversidade socioambiental presente na Amazônia, o que implica em diferentes formas de manejo, desenho e de composição dos sistemas de produção, em virtude do que se tem disponível no lote familiar e das estratégias de reprodução socioeconômicas de cada família.

Assim, torna-se importante averiguar as forma de cultivar a terra pelos agricultores familiares, como forma de subsidiar a ação extensionista com vistas a aumentar a produção familiar e/ou a renda, uma vez demandado pela família.

Aliado a isso, a realidade dos projetos de reforma agrária na Amazônia tem sido pouco estudadas quando se trata da avaliação dos sistemas produtivos conduzidos pelos assentados. Isto se agrava pois, segundo David et al (1998), o acesso à terra por meio destes projetos têm se dado mais em função das pressões sociais e políticas, muitas vezes explosivas, do que em prol do desenvolvimento rural duradouro, relacionado aos incrementos sustentados da produção, da produtividade e do emprego, que resultariam em melhoras na qualidade de vida da população.

Diante disso, este trabalho tem por objetivo avaliar aspectos socioeconômicos e produtivos dos sistemas de produção desenvolvidos por agricultores familiares da Comunidade São Pedro, pertencente ao Projeto Agroextrativista Eixo Forte, Santarém, Pará.

2. AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultor familiar e/ou empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural utilizando áreas de até quatro módulos fiscais e que administre e utilize como mão de obra a própria família nas atividades econômicas da sua propriedade. Partindo desse princípio para uma classificação local a Agricultura Familiar está ligada ao fato da gestão produtiva e dos investimentos nela realizados serem feitos por indivíduos que mantêm entre si laços familiares, uma concepção de agricultura baseada na diversificação de atividades, no policultivo, onde a mão-de-obra é fator preponderante, e a produção agrícola, num primeiro momento, próxima da subsistência, podendo estar ligada ao mercado (BRASIL, 2006).

Apesar, do pouco investimento científico e a falta de políticas públicas, a agricultura familiar tem uma grande importância na segurança alimentar do país, além de contribuir nos debates sobre desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e principalmente na geração de emprego e renda, pode ainda tornar essas famílias verdadeiros empreendedores (CAETANO, 2010). Segundo este autor, a qualidade dos produtos ainda tem que ser melhorada, o que acaba dificultando sua comercialização e até mesmo por agregar valor a esses produtos, pois há uma grande exigência do comércio, seja ele, interno ou externo. Esse desafio, na melhoria da qualidade dos produtos, fará com que a agricultura seja mais competitiva e capaz de atender com mais eficiência as exigências do mercado.

Hoje a agricultura familiar é reconhecida como uma categoria social e de ação política, sendo que durante muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural, pois os intelectuais não viam possibilidade de sobrevivência do agricultor sendo ele proprietário e trabalhador ao mesmo tempo, que não eram capazes de gerenciar suas unidades de produção devido a falta de conhecimento científico e devido sua forte tradição. Diante dessa realidade persistem enormes desafios para o desenvolvimento da Agricultura Familiar. Dentre esses desafios está o fortalecimento da produção familiar, para torná-la dinâmica e competitiva, geradora de emprego e renda (SCHMITZ; MOTA, 2006).

Segundo Denardi (2001), os empreendimentos familiares são administrados pela própria família e neles a família trabalha diretamente, com ou sem interferência de terceiros, que além de ser um estabelecimento familiar é também uma unidade de produção, consumo e reprodução social.

Quanto às políticas públicas para a agricultura familiar, destacam-se a política agrícola e a agrária, sendo esta última quase ineficiente, engessando o desenvolvimento da agricultura familiar, pois a falta de recursos e condições para a execução da reforma agrária, a burocracia e morosidade para licenciar os assentamentos e o conhecimento insuficiente dos técnicos para trabalhar aos novos modelos de assentamento como os Projetos Agroextrativistas (PAE), Projetos de Desenvolvimentos Sustentáveis (PDS) etc., pode levar a um abandono institucional desses assentamentos, comprometendo inclusive a infraestrutura básica dessas áreas. Já na política agrícola destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi uma conquista dos movimentos sociais e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que veio facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito, que é apenas uma ferramenta para o desenvolvimento da agricultura familiar, que deve ser utilizado de maneira qualitativa e não se torne mais um problema aos agricultores, através da inadimplência do não pagamento de seu empréstimo (PASQUIS et al, 2005).

Portanto, implementar políticas que efetivamente mudem a lógica da matriz do desenvolvimento econômico, pautado historicamente no uso predatório dos recursos naturais, para um novo modelo de desenvolvimento apoiado no uso sustentável destes recursos, no fortalecimento dos agentes locais, no aumento da capacidade de organização e, ao mesmo tempo, seja também eficiente na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida da população rural passa a ser uma grande meta a ser alcançada.

3. SISTEMAS PRODUTIVOS

A forma de produção no espaço agrário sofreu grandes transformações nos últimos anos, passando de agricultura convencional para uma de lógica agroindustrial, tendo como principais culturas a soja, o milho, a cana de açúcar, etc., aplicando técnicas modernas, descaracterizando assim a agricultura familiar, que usufrui de técnicas convencionais (em geral caracterizada por serem manuais),

fazendo com que a produção familiar venha a ser estudada e como ela se adapta, reage e desenvolve seus processos e conflitos que surgem (TEDESCO, 1994).

O aumento da produção agrícola pode dar-se através da expansão da área cultivada, aumentando-se a produtividade de cada cultura por unidade de área, ou plantando-se mais culturas em determinado tempo e espaço (ALTIERI, 2002).

Assim, surge a necessidade da adoção de sistemas de uso da terra de utilizem técnicas conservacionistas e que sejam em sua própria concepção conservadores da biodiversidade. Neste sentido, Vieira et al (2007) infere que a introdução de sistemas agroflorestais (SAF's) em propriedades de agricultores familiares, além de diversificar sua produção, contribui para a recuperação de passivo ambiental, segurança alimentar e diversificação da renda. Os SAF'S tem um grande potencial a ser trabalhado em pequenas propriedades pois garante a sustentabilidade da propriedade.

Um agroecossistema é produtivo, saudável e sustentável quando há um equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. Para que haja esse equilíbrio, é necessário que os pesquisadores, em sintonia com os produtores, procurem desenvolver agroecossistemas com dependência mínima de agrotóxicos. Devido o grande aumento da população, propriedades rurais menores, degradação do ambiente e diminuição na produção de alimentos, está se passando por grande empobrecimento sistemático e para isso é necessário que haja uma grande transformação, onde os projetos incorporem as diretrizes da agroecologia, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, aumentar a produtividade e a promover geração de renda a todos os atores envolvidos (ALTIERI, 2004).

Segundo Assis (2006), se a partir de uma ação local, com o apoio do poder publico, for utilizado sistemas de produção agroecológicos integrados com os princípios ecológicos, agronômicos e socioeconômicos, pode-se chegar a um desenvolvimento rural sustentável, onde o conhecimento empírico e a especificidade de cada região têm que ser respeitado e utilizado na formação deste sistema.

4. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento, enquanto palavra assume vários significados, estando relacionado em um primeiro momento, ao crescimento, aumento da produção e a prosperidade. Desta forma, associa-se instantaneamente desenvolvimento aos avanços econômicos, expressando-se através do crescimento econômico e do progresso tecnológico (MALUF, 2000).

Nos últimos anos, evoluiu-se bastante os enfoques teóricos acerca do desenvolvimento sustentável. Na última metade deste século evoluiu-se do conceito de conquista, ocupação e exploração, para uma concepção de uso dos recursos naturais, cuja perspectiva se fundamenta na Sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômica.

Nesse sentido, a visão de desenvolvimento sustentável se fundamenta no princípio de que os recursos naturais não podem ser utilizados em detrimento da qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Esse processo passa pela consolidação de novas relações produtivas onde o território não é mais um espaço a ser conquistado, ocupado ou explorado como preconizavam as teorias geopolíticas comandadas pelos círculos militares até o final da década de oitenta. O desenvolvimento sustentável proposto se fundamenta em critérios econômicos, sociais, humanos e ecológicos; isso significa dizer, que a sua consolidação passa pela construção de um novo modelo de ocupação e uso dos recursos naturais.

Schneider & Blume (2004) definem o espaço rural como a tudo aquilo que ainda não foi submetido à lógica da urbanização, não tendo, por outro lado, sentido associar o rural ao atrasado, ao isolamento e à tradição e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade. Segundo estes autores, a ruralidade seria muito mais ampla e complexa do que a atividade econômica agrícola que é praticada e que abordagem territorial torna-se um enfoque estratégico para efetivar o planejamento das ações que irão direcionar as políticas públicas.

Desta forma, é de fundamental importância que haja um entendimento que a nova proposta de ruralidade postulada sob a lógica do desenvolvimento sustentável exige que seja levado em consideração todos os interesses conflitantes dos atores envolvidos, não só para harmonizá-los ou conciliá-los, mas também para torná-la competitiva, com altos insumos científicos e baixos insumos químicos e definir as

diferenças necessárias para os investimentos do Estado a partir das suas ações estratégicas prioritárias, sob pena dos esforços caírem no fracasso ou em polêmicas desnecessárias (SACHS,1996).

Segundo Abramovay (2010), apesar do grande aumento das áreas de reserva legal e do grande numero de agricultores se adequando ambientalmente, ainda não existe uma aliança social capaz de transformar as atividades florestais sustentável em uma fonte de renda viável a todos os atores envolvidos e a toda região.

O novo modelo de desenvolvimento rural que se busca consolidar exige um envolvimento e um compromisso de todos os atores envolvidos de construir novas formas de uso sustentável dos recursos. A essência desse processo em termos de desenvolvimento sustentável se dá no aprofundamento e consolidação da democracia como elemento central no qual os segmentos interagem e estabelecem relações com transparência na definição de políticas e na aplicação dos recursos públicos; acesso às informações sobre projetos e estratégias governamentais, a participação direta das organizações da Sociedade Civil, a descentralização do poder de decisão sobre o que e como fazer, levando em consideração as diferenças locais e a diversidade de atores e aptidões naturais. Nessa lógica de pensar o desenvolvimento rural sustentável, a vida é o centro e a razão maior do processo. Sendo assim o mundo rural é concebido na perspectiva de ser o espaço onde a qualidade de vida se alcança através do uso sustentável dos recursos, na preservação e respeito a biodiversidade. Além disso, o desenvolvimento deve ser socialmente sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais, promover a justiça e a equidade, preservar a diversidade de valores, práticas e símbolos das identidades culturais dos diferentes atores envolvidos. Ao mesmo tempo, deve ser politicamente sustentável buscando respeitar a democracia como valor que orienta a participação de todos(as) nos processos de tomada de decisão das políticas públicas voltadas para o campo (KAGEYAMA, 2004).

Desenvolvimento sustentável não é sinônimo de crescimento econômico nem como decorrência natural deste, apesar de contemplar esta dimensão. Desenvolvimento é, antes de tudo, mudança social (melhorias no capital humano e social) e mudança política (melhorias nos padrões de organização e nos modos de regulação das sociedades). Fica claro, assim, que o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança.

Finalmente, o novo modelo de desenvolvimento rural sustentável deverá ter como premissa fundamental o respeito aos princípios éticos, evitando que os objetivos econômicos que movem a sociedade não subordinem as leis e os sistemas naturais aos interesses de grupos ou classe social, buscando sempre garantir o respeito a dignidade humana e a melhoria da qualidade de vida de todos(as) as gerações (SACHS, 1996).

5. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

A comunidade São Pedro, está localizada no Projeto Agroextrativista Eixo Forte, na região do Eixo Forte, rodovia Everaldo Martins, km 22 em Santarém, oeste do estado do Pará (Figura 1).

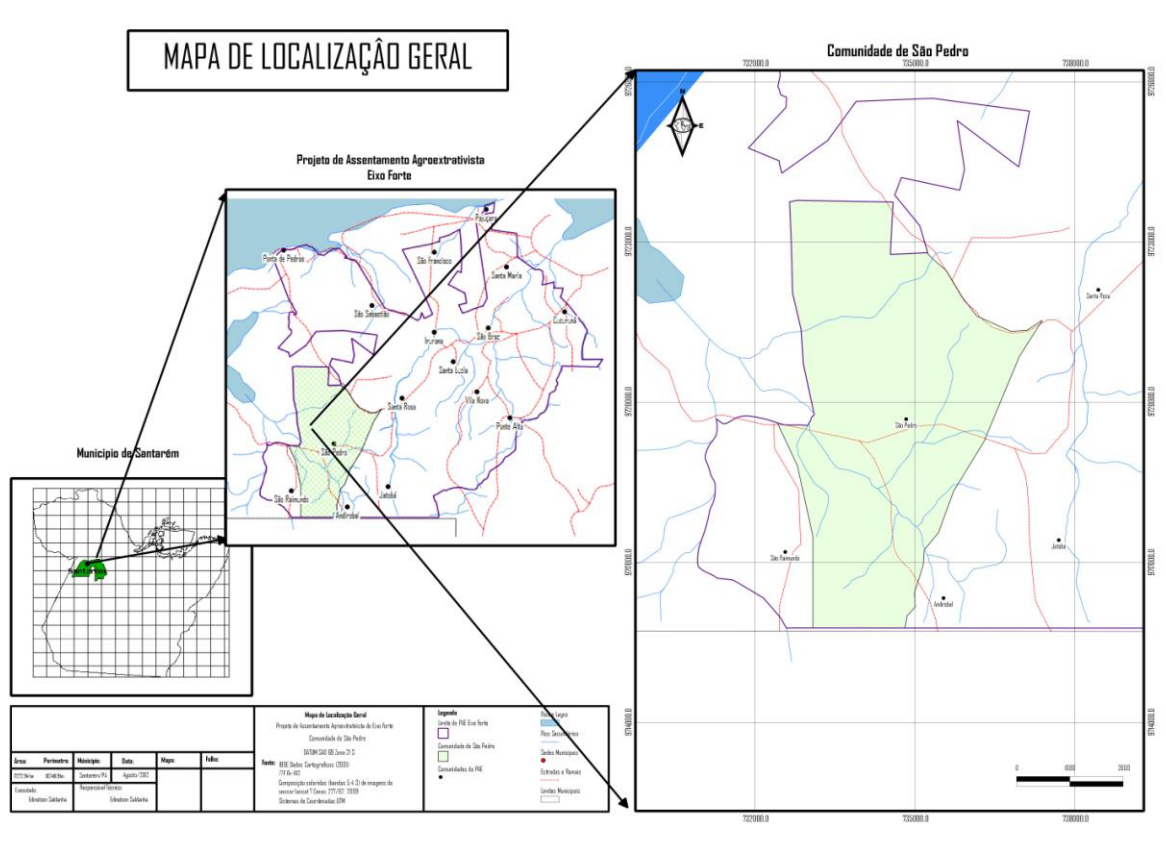


Figura 1- Mapa de localização da comunidade São Pedro, Santarém, Pará.
Fonte: EMATER-PARÁ (2012)

Este assentamento está localizado na estrada que liga a sede da cidade de Santarém à vila de Alter do Chão, importante atração turística do Estado.

6. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos do trabalho realizou-se a aplicação de entrevista estruturada, junto a 15 famílias de agricultores da comunidade São Pedro, representando quase 70% das famílias. Esta entrevista abordou aspectos econômicos, ambientais, socioeconômicos e produtivos.

Este levantamento ocorreu durante o período de 2009 a 2010, no âmbito da realização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, que segundo CONAMA (2006) é um instrumento básico para a formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas do assentamento, além de ser uma ferramenta fundamental para o monitoramento e avaliação do projeto de assentamento.

A pesquisa foi do tipo descritiva, em estudo de caso, com amostra não probabilística intencional. Para a análise dos dados recorreu-se à estatística descritiva, sendo os resultados apresentados em tabelas e gráficos.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Este levantamento chegou em 15 famílias de assentados na comunidade de São Pedro. Dentro destas famílias foram computadas 78 pessoas pertencentes a estes núcleos. Contudo, somente 38 pessoas contribuem com a força de trabalho e com o orçamento familiar. Sendo assim, a seguir serão discutidas algumas variáveis socioeconômicas que influenciam na subsistência destas famílias, baseando-se em uma análise dos agricultores ativos.

7.1.1. ESCOLARIDADE

Mais da metade (57,9%) dos agricultores ativos concluíram o ensino fundamental (Figura 2). Por outro lado, menos de 3% deles chegaram ao ensino superior e ainda cerca de 8% não são alfabetizados. O acesso ao ensino fundamental por eles se dá na própria comunidade e aqueles que continuaram os estudos tiveram que se deslocar até a comunidade de São Brás (onde tem escola de ensino médio) ou para a sede do município de Santarém.

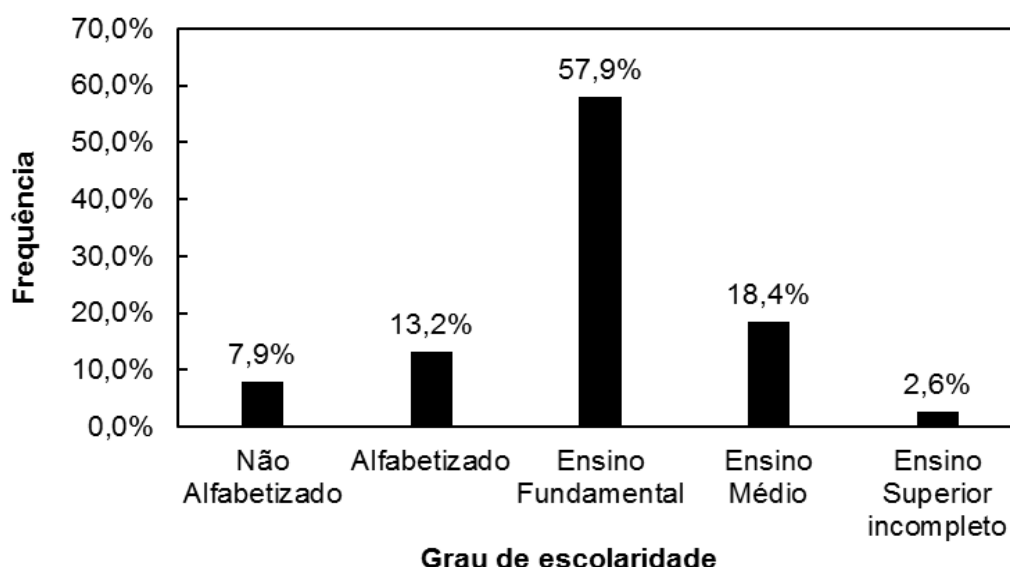


Figura 2- Distribuição por escolaridade dos moradores da comunidade de São Pedro, Santarém, Pará.
FONTE: Esta pesquisa.

Estes resultados estão em consonância com os encontrados por Correa (2011) na comunidade de Santa Luzia, no Projeto Agroextrativista Eixo Forte em Santarém (PA), por Vasconcelos (2011) na comunidade do Laranjal em Santarém (PA) e por Vieira et al (2007a) em estudos em Igarapé-Açu (PA). Estes autores justificam seus resultados com as questões de infraestrutura e logística de acesso às escolas no meio rural no Pará.

Vale destacar que existe uma perspectiva de aumento da escolaridade para 31,6% dos agricultores deste estudo, isto é, os jovens agricultores, de 16 a 23 anos. É importante destacar que em geral, na Amazônia, escolaridade e idade apresentam moderada a forte correlação negativa. Neste trabalho ela pode ser considerada como sendo forte (-0,77), indicando que agricultores com idade mais avançada tem menor escolaridade. Estes dados corroboram os resultados de Vasconcelos (2011), Vieira (2011) e Vieira et al (2007b).

7.1.2. IDADE

A idade dos moradores da comunidade São Pedro que contribuem com a força de trabalho familiar do lote variou de 16 a 70 anos, com média de 38 anos (Figura 3). Isto mostra que os agricultores estão em plena fase da capacidade produtiva. Pesquisa realizada por Vieira et al. (2007b) em Igarapé-Açu, nordeste do Pará, mostra que a maioria dos agricultores daquele município está na faixa etária de 29 a 49 anos, com média de 47 anos.

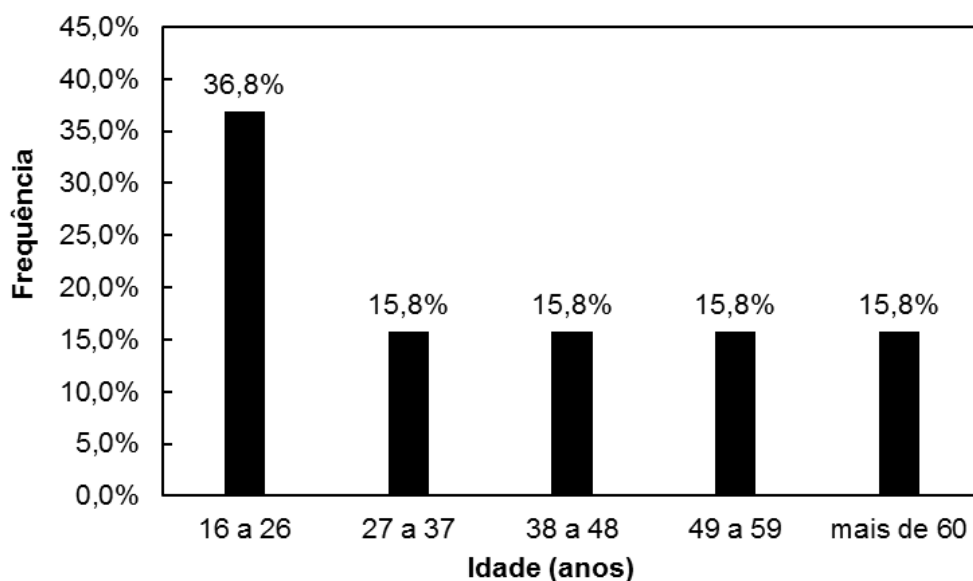


Figura 3- Distribuição de frequência por faixa etária dos moradores da comunidade São Pedro, Santarém, Pará.
 FONTE: Esta pesquisa.

A variável idade dos agricultores tem relação íntima com a capacidade de produzir, isto é, de lavrar a terra e realizar atividades ligadas ao seu sustento e de sua família. Quanto aos indivíduos mais jovens, abaixo dos 18 anos, isto além de ser comum na agricultura amazônica, pode ter forte relação com a presença da Casa Familiar Rural de Santarém, localizada neste Projeto de Agroextrativista.

Com relação aos jovens e aos idosos, estes podem não ter sido considerados como força de trabalho no lote pelos agricultores, pois cada sujeito possui sua fase de desenvolvimento até atingir a capacidade produtiva máxima e depois entrar em declínio gradativo.

Além disso, a capacidade produtiva pode ser ampliada quando outras variáveis agirem diretamente na propriedade familiar, tal como a renda, que pode significar em melhor estruturação tecnológica.

7.1.3. RENDA

A maior renda dos agricultores familiares da comunidade São Pedro é oriunda de culturas temporárias (Figura 4), com destaque para o cultivo da mandioca, visando à produção de farinha. Vale destacar também que 16,9% possuem renda

proveniente da atividade não agrícola, que segundo Schneider (2003), refere-se às atividades desenvolvidas dentro e fora da propriedade como formas complementares de obtenção de renda e de inserção econômica, e que no caso da comunidade de São Pedro (Santarém, PA) caracteriza-se principalmente pela prestação de serviços a terceiros, tais como de empregadas domésticas e de pedreiros, bem como pelas pensões e aposentadorias.

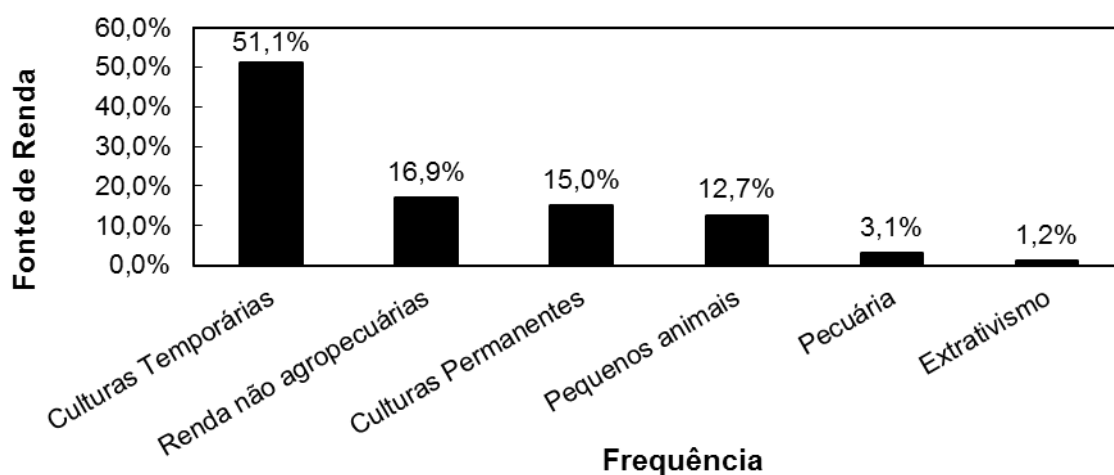


Figura 4- Fonte de obtenção de renda nas propriedades de agricultores familiares da comunidade São Pedro, Santarém, Pará.

FONTE: Esta pesquisa.

A variável econômica influencia diretamente na tomada de decisão dos agricultores familiares, mas não exclusivamente, isto porque, segundo Nascimento (2007) diferenças socioculturais podem exercer diferentes decisões nas interações homem-ambiente.

No que se refere à atividade do extrativismo vegetal, é importante destacar que o assentamento está localizado em área intensamente antropizada, próxima à cidade de Santarém, composto predominantemente por minifúndios, o que pode levar a uma baixa nesta atividade, dada a pressão sobre o recurso vegetal nativo e natural nesta região.

Com relação às culturas permanentes, tem destaque a comercialização de caju (*Anacardium occidentale*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), muruci (*Byrsonima crassifolia*) e açai (*Euterpe oleracea*). Estas espécies são vendidas *in natura* ou convertidas em outras formas de produtos de venda, tais como bombons, licores, compotas, entre outras. Cabe salientar que homens e mulheres, adultos e

jovens participam desta atividade, às margens da Rodovia Everaldo Martins. Esta estratégia de venda às margens de uma estrada também foi observada por Albuquerque e Andrade (2002) para frutos do Nordeste Brasileiro.

A respeito da pecuária como atividade geradora de renda, esta atividade está presente em 12% dos lotes familiares avaliados. A baixa adoção desta atividade está relacionada ao tamanho das propriedades, uma vez que a pecuária demanda de áreas maiores que as destinadas pelos agricultores para os cultivos temporários, os chamados roçados. A média de cabeças por área é de uma cabeça/ha, o que mostra a inviabilidade da atividade na comunidade para a comercialização, dado o tamanho dos lotes, sendo utilizada apenas para a subsistência.

Segundo Altieri (2004), com a necessidade de combater a miséria rural, organizações não governamentais são estimuladas a buscar novas estratégias de desenvolvimento. Pesquisa e desenvolvimento devem atuar, utilizando os recursos existentes na propriedade, com objetivo de diminuir custos e aumentar sua produtividade.

7.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS

7.2.1. PRINCIPAIS CULTURAS

7.2.1.1. Culturas Temporárias

São aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Normalmente, o período de vida é curto. Após a colheita, são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio. Exemplos: soja, milho, arroz, feijão, batata, legumes, etc. Esse tipo de cultura é também conhecido como anual (CREPALDI, 2005).

A cultura temporária mais presente nos lotes dos agricultores é a mandioca (*Manihot esculenta*) (Tabela 1), com finalidade de produzir a farinha, sendo comercializada na própria comunidade, ou outras do entorno, podendo escoar para algumas feiras tradicionais ou livres da sede de Santarém.

Tabela 1- Culturas temporárias cultivadas na comunidade de São Pedro, Santarém, Pará.

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	FINALIDADE	FREQUÊNCIA
Arroz	<i>Oriza sativa</i> L.	A	9%
Feijão	<i>Vigna</i> sp.	A	9%
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	A/C	64%
Milho	<i>Zea mays</i> L.	A	18%

Nota: A: autoconsumo; C: comercialização.

FONTE: Esta pesquisa.

A produtividade da mandioca na comunidade São Pedro é de 12 toneladas de raiz por hectare, muito baixa quando comparada com a média do estado do Pará que é de 15 toneladas de raiz por hectare (ALVES, 2007). No caso desta comunidade, isto pode ser fruto da não utilização de técnicas adequadas, muitas vezes pela falta do conhecimento destas.

Albuquerque et al (2012) mostram que é necessário manter a cultura da mandioca livre de plantas daninhas pelo menos até 75 dias após o plantio das estacas, como forma de garantir o desenvolvimento das raízes.

É possível que através do preparo de áreas sem o uso do fogo, associados com a utilização de adubação verde (leguminosas) e adubação orgânica, talvez, seja possível realizar um manejo adequado do solo visando, em médio prazo, melhorar a produção de mandioca, por exemplo, associado às boas práticas de cultivo dessa cultura, assim como qualquer outra cultura.

A produção de mandioca tem grande destaque em comunidades amazônicas dada raízes culturais e, por ser base da dieta alimentar destas famílias. De acordo com Murrieta et al (2008), esta espécie tem forte contribuição proteica, sendo uma importante fonte não-animal de proteína para a dieta de moradores de comunidades da Amazônia. Segundo estes autores, esta espécie, mais o milho, feijão e cucurbitáceas são usadas para a alimentação de pequenos animais.

A mandioca que atualmente tem sido cultivada seguindo a orientações de base cultural e histórica, do que de desempenho agrônômico e econômico. Assim, deve-se manter os atuais índices de área plantada, investindo-se no aumento da

produtividade, eficiência gerencial e tecnológica. Contudo, não se pode alterar o *modus vivendis* do homem do campo.

7.2.1.2. Culturas Permanentes

São aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribui-se às culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos. Exemplos: caju, açaí, manga, cupuaçu, etc. (CREPALDI, 2005).

Em relação às culturas permanentes, destacam-se o caju (*Anacardium occidentale*), manga (*Mangifera indica*) e açaí (*Euterpe oleracea*) (Tabela 2). Estas espécies além de serem utilizadas para seu autoconsumo têm ainda seus excedentes comercializados. Segundo Grisa e Schneider (2008), entende-se por autoconsumo a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo.

Tabela 2- Culturas permanentes cultivadas na comunidade São Pedro, Santarém, Pará.

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	FINALIDADE	FREQUÊNCIA
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	A	9,52%
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	A/C	11,90%
Banana	<i>Musa spp</i>	A/C	4,76%
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	A	16,67%
Coco	<i>Coccus nucifera</i>	C	9,52%
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	A/C	9,52%
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>	A	7,14%
Manga	<i>Mangifera indica</i>	A	14,29%
Muruci	<i>Byrsonima basiloba</i>	A	4,76%
Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>	A	2,38%
Limão	<i>Citrus limonia</i>	A	4,78%
Acerola	<i>Malpighia glabra</i>	A	2,38%
Pitomba	<i>Talisia esculenta</i>	A	2,38%

Nota: A: autoconsumo; C: comercialização. Fonte: Pesquisa de campo.

FONTE: Esta pesquisa.

É importante destacar que estas culturas têm um grande potencial para fazer parte de uma proposta de organização da cadeia produtiva de fruticultura. Isto é possível pela produção de polpas e venda *in natura* dos frutos, de forma planejada, organizada e com apoio do Estado.

Pela característica de serem de porte arbóreo, essas espécies devem ser utilizadas em programas de enriquecimento de capoeiras (florestas secundárias), com o objetivo de recuperação de passivos ambientais e possibilidade de geração de renda agrícola diversificada.

Contudo, ainda é necessário melhorar a organização da produção, começando pela organização social, de preferência formal, associações ou cooperativas, como forma de se alcançar a objetivos comuns, e mercados mais exigentes, valorizando-se assim a mão de obra familiar, garantindo preços justos e minimizando-se a presença da figura do atravessador.

Com relação à figura do atravessador, Vieira (2011) mostra que este é ainda um forte canal de distribuição da produção agrícola, o que leva à baixa satisfação dos agricultores no que tange o aspecto da comercialização da produção familiar no meio rural, dado os preços baixos oferecidos por atravessadores.

Um sistema produtivo potencial são os Sistemas Agroflorestais, que consistem no consórcio de culturas temporárias com permanentes e que segundo Vieira et al (2007a), quando comparados com o monocultivo tem grandes vantagens, pois além de diversificarem a produção melhoram a conservação do solo, melhorando assim a renda do agricultor.

Diante disso, se caracterizam como grande alternativa para os agricultores familiares da comunidade São Pedro do Eixo Forte, devido a existência de várias culturas permanentes com grande potencial de comercialização e que são trabalhadas isoladamente das culturas temporárias. Consorciar essas culturas permanentes com culturas temporárias otimizaria a área da propriedade e o agricultor teria renda em diferentes período do ano.

Em busca de novas perspectivas e de um modelo de desenvolvimento sustentável, Chaves e Rodrigues (2006) abordam que a agricultura familiar de subsistência e suas atividades têm sua organização social fora do mercado globalizado, havendo a necessidade de buscar novas formas institucionais de

produção, o que torna o desenvolvimento sustentável em processo de construção, sempre passivo de mudanças e ajustes.

7.2.2. CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Com relação à criação de animais, o destaque é para a galinha caipira, que é praticada por 31,25% das famílias (Figura 5). Outras aves, como peru, pato e galinha da Angola são criadas em 31,25% das famílias. A criação de aves visa principalmente o autoconsumo, constituindo-se numa importante fonte de proteína animal na comunidade.

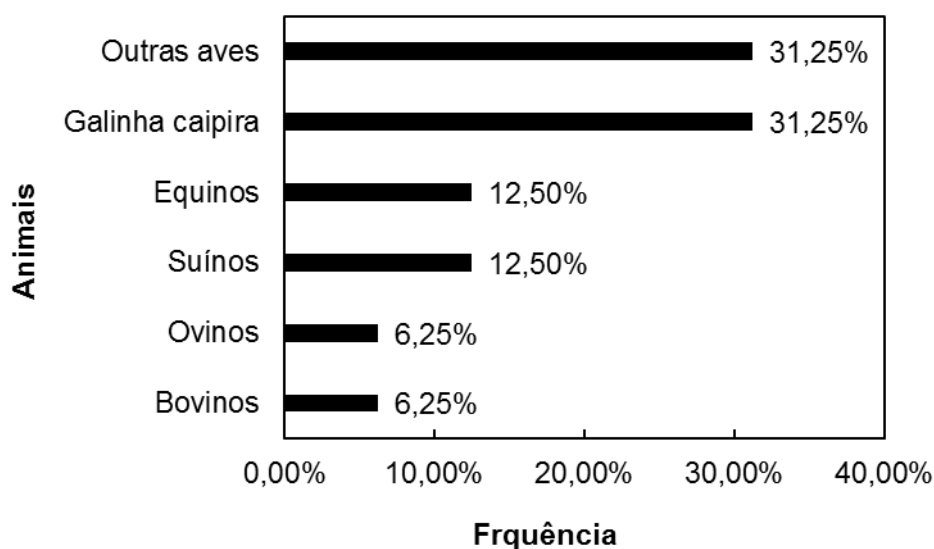


Figura 5 - Criação de animais por agricultores familiares da comunidade São Pedro, Santarém, Pará.

FONTE: Esta pesquisa.

A criação de galinhas em propriedades rurais, sobretudo nos quintais agroflorestais, contribui para a composição da identidade cultural dessas famílias, exigindo cuidado e atenção, servindo de alimento para o homem ao passo em que são alimentadas por essas famílias (VIEIRA; LEE, 2010).

É importante citar que na região deste assentamento, granjas de produção de galinhas, em regime de confinamento, têm aumentado suas atividades. Porém, a população tem restrições a esse modelo de produção. Diante disso, os assentados inseriram este tema no Plano de Utilização do Assentamento, previsto na criação de assentamentos no Brasil. A ideia é que haja um controle mais efetivo no que diz

respeito à expansão deste setor, visto que não há um controle rigoroso dos impactos que esta atividade causa no meio, principalmente nos recursos hídricos.

Já a bovinocultura, ovinocultura e a suinocultura na comunidade são de pequena escala, sendo utilizada apenas para alimentação das famílias, sendo destinadas pequenas áreas ou pequenas proporções do lote do todo a estas atividades.

Estas atividades apresentam algumas restrições dentro do assentamento por parte dos agricultores, dada a existência de muitos igarapés e lagos, o que pode causar a supressão de matas ciliares e/ou a contaminação dos corpos d'água.

Quanto a equinocultura alguns agricultores utilizam seus animais para realizarem cavalgada com os turistas que visitam a comunidade, proporcionando assim uma geração de renda a mais para essas famílias. É uma atividade ainda incipiente, mas que merece maior atenção dos órgãos responsáveis pelo turismo e também pela criação animal.

Esta prática prevê cavalgada no amanhecer ou entardecer, saindo da comunidade de São Pedro, tendo como destino lagos, trilhas de florestas e podendo se estender até às praias formadas pelo Rio Tapajós. Isto vai ao encontro do que é exposto por Arruda et al (2008), que no meio rural brasileiro há imensuráveis situações favoráveis para o exercício da atividade, tais como a fauna e flora diversificada, culturas, geografia, geologia, cenários, aliados aos vários estilos de vida do homem rural.

Outra atividade produtiva, a pesca é praticada atualmente com base em acordos para proteger o estoque pesqueiro dos lagos do entorno, sendo realizada paralelamente a um processo educativo com o objetivo de implantar um sistema de criação de peixes em tanques redes, substituindo-se gradativamente a prática da pesca pela da criação. Ainda é uma atividade em fase inicial, mas com grande potencial.

8. CONCLUSÃO

Os agricultores familiares apresentaram escolaridade baixa, mas com perspectiva de aumento do nível desta variável. A média de idade dos agricultores indica uma força de trabalho com potencial para a produção agrícola. Estes agricultores obtêm renda de diferentes atividades agrícola e não agrícolas, com destaque para as culturas temporárias e prestação de serviços a terceiros, pensões e aposentadorias, respectivamente.

A mandioca foi a espécie temporária mais cultivada nos sistemas produtivos da comunidade, bem como o caju, a manga e o açaí, dentre as permanentes. Há a possibilidade de consórcio entre estas culturas, como forma de otimização das áreas cultivadas, bem como de conservação do solo.

A criação de galinhas caipiras tem grande importância no autoconsumo das famílias, além de contribuir na geração de renda nos orçamentos familiares.

Existe ainda uma iniciativa de fortalecimento do turismo rural ou ecológico, a partir da cavalgada pelas propriedades, trilhas, lagos e praias da região, constituindo-se assim numa alternativa a mais de renda ao agricultor familiar.

A condição de proximidade da comunidade à sede de Santarém (PA) pode ser potencial para o desenvolvimento da agricultura e de seu meio rural, implicando contudo, em aporte de investimento com planejamento de sistemas produtivos conduzidos a partir de técnicas conservacionistas adequadas às realidades locais.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ABROMOVAY, R. **Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil?** CEBRAP, v.87, p. 97-113, 2010.

ALBUQUERQUE, J.A.A.; SEDIYAMA, T.; SILVA, A.A.; ALVES, J.M.A.; FINOTO, E.L.; NETO, F.A.; SILVA, G.R. Desenvolvimento da cultura de mandioca sob interferência de plantas daninhas. **Planta Daninha**, v.30, n.1, p.37-45, 2012.

ALBUQUERQUE, U.P.; ANDRADE, L.H.C. Uso de recursos vegetais da caatinga: o caso do agreste do estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil). **Interciência**, v. 27, n.7, p.336-346, 2002.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Guaíba-RS: Agropecuária, 2002, 592 p.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável –** 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, R.N.B. **O Trio da Produtividade na Cultura da Mandioca.** Belém : Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

ARRUDA, C.A.S.; VILANOVA, S.R.F.; CHICHORRO, J.F. Turismo rural e agricultura familiar: o caso de Nossa Senhora do Livramento-MT. **Interações**, v.9, n.2, p. 49-157, 2008.

ASSIS, R. L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v.10, n.1, p.75-89, 2006.

BRASIL, **Lei nº 11.326** de 24 de julho de 2006.

CAETANO, M. R. Novos caminhos para a agricultura familiar na era da sustentabilidade. **Sociedade e desenvolvimento rural on line**, v.4, n. 1, 2010.

CHAVES, M.P.S.R.; RODRIGUES, D.C.B., Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v.8, n.13, p. 99-106, 2006.

CONAMA, **Resolução nº 387** de 27 de dezembro de 2006.

CORREA, K. C. **Qualidade de vida dos moradores da comunidade de Santa Luzia, Projeto Agorextrativista Eixo Forte, Santarém, Pará**. Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2011.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

David, M.B.A; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. **Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 38p. (Texto para discussão, 548).

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 3, 2001.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, n.2, p. 481-515, 2008.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

MALUF, R.S. Atribuindo Sentido(s) à Noção de Desenvolvimento Econômico. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 15, p. 53-85, 2000.

MURRIETA, R.S.S.; BAKRI, M.S.; ADAMS, C.; OLIVEIRA, P.S.S.; STRUMPF, R. Consumo alimentar e ecologia de populações ribeirinhas em dois ecossistemas amazônicos: um estudo comparativo. **Revista de Nutrição**, v.21(Suplemento), p.123s-133s, 2008.

NASCIMENTO, H.M. Percepção agroambiental dos agricultores familiares No sudoeste do Paraná: o caso de Capanema. **Rev. Bras. de Agroecologia**, v.2, n.3, p.20-40, 2007.

PASQUIS, R; SILVA, A. V. da; WEISS, J; MACHADOS L. **“Reforma agrária” na Amazônia: balanço e perspectivas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005.

SACHS, I. **Desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. **Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política**. **Fragments de cultura**, v. 16, n. 11/12, p. 907-918, nov./dez. 2006.

SCHNEIDER, S.; Blume, R. **Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.107, p.109-135, jul./dez. 2004.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e Pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 18, n. 51, p.99-121, 2003.

TEDESCO, J.C. **A relatividade conceitual e os paradigmas da pequena produção familiar no pensamento sócio-econômico**. Teor. evid. econ., v. 2, n. 4, p. 91-117, 1994.

VASCONCELOS, M.C. **Bem-estar de moradores da comunidade do Laranjal, Santarém, Pará.** Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2011.

VIEIRA, F.R.; LEE, F. A Importância dos Quintais Rurais para o Autoconsumo dos Agricultores Familiares Associados à Cooperafi. In: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7, 2010, Porto de Galinhas. **América Latina: Realineamientos Políticos y Proyectos en Disputa**, p. 1-16, 2010.

VIEIRA, T.A. **Quintais agroflorestais de Bonito, Pará: socioeconomia e bem-estar de agricultores familiares, ecologia, e química do solo.** Tese de Doutorado em Ciências Agrárias, Universidade Federal Rural da Amazônia/ Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2011.

VIEIRA, T.A.; ROSA, L.S.; Vasconcelos, P.C.S.; Santos, M.M.; MODESTO, R.S. Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares em Igarapé-Açu, Pará: caracterização florística, implantação e manejo. **Acta Amazonica**, v. 37, p. 549-558, 2007a.

VIEIRA, T.A.; ROSA, L.S.; VASCONCELOS, P.C.S.; SANTOS, M.M.; MODESTO, R.S. Adoção de sistemas agroflorestais na agricultura familiar em Igarapé-Açu, Pará, Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, v.47, p.9-22, 2007b.

A N E X O

ANEXO 1: Estrutura básica de perguntas feitas no momento da entrevista junto a OS agricultores Da comunidade de São Pedro, Santarém, Pará.

Nome da Propriedade rural (Sítio): _____

RGM do GPS: _____ Ponto: _____ Coordenadas (UTM): _____

Nome do produtor (a): _____

Idade _____ Onde o sr(a) nasceu? _____

Escolaridade: _____ Estado Civil: _____

Está na Relação de Beneficiários do INCRA (RB)? () Sim () Não

Caso não, Por quê? _____

Tempo que reside na propriedade? _____

Principal fonte de Renda da Família: _____

Quais os benefícios sociais? _____

Sistemas de Produção:

Culturas Temporárias

Espécie	Tamanho da Área Cultivada	Tipo de preparo de Área?	Tempo de descanso da área plantada	Produção	Quanto consome?	Onde vende?	Valor

Culturas Permanentes

Espécie	Tamanho da Área Cultivada	Tipo de preparo de Área?	Tempo de descanso da área plantada	Produção	Quanto consome?	Onde vende?	Valor

Criação de animais

Espécie	Tamanho da Área Cultivada	Aptidão	Quantidade	Produção	Quanto consome?	Onde vende?	Valor

Você participa de alguma organização social? Não () Sim () Qual? _____

Você utiliza algum produto químico na sua propriedade? _____